

ADRIANA REGINA BARCELLOS PEGINI / DANIEL BRANTES PEREIRA  
DIEGO CREVELIN DE SOUSA / EVIE NOGUEIRA E MALAFAIA  
GLAUCO GUMERATO RAMOS / LÚCIO DELFINO  
MATEUS COSTA PEREIRA / ROBERTO P. CAMPOS GOUVEIA FILHO

# PROCESSO E LIBERDADE

ESTUDOS EM HOMENAGEM A  
EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA

Londrina/PR  
2019

  
**THOTH**  
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.  
 www.editorathoth.com.br  
 contato@editorathoth.com.br  
 Diagramação e Capa: Editora Thoth e Nabil Slaibi  
 Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga  
 Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

### Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Me. Arhtur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Carlos Alexandre Moraes • Prof. Dr. Celso Leopoldo Pagnan • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Deise Marcelino da Silva • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Me. Erli Henrique Garcia • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Dr. Gonçalo De Mello Bandeira (Port.) • Prof. Me. Henrico Cesar Tamiozzo • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P963 Processo e liberdade: estudos em homenagem a Eduardo José da Fonseca Costa/ Adriana Regina Barcellos Pegini ... [et al.]. – Londrina, PR: Thoth, 2019.  
 957 p.

Inclui bibliografia.  
 ISBN 978-85-94116-59-8

1. Direito processual – Brasil. 2. Direitos fundamentais – Brasil. 3. Liberdade. I. Pegini, Adriana Regina Barcellos.

CDD 347.8105

**Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Rafaela Ghacham Desiderato**  
**CRB 14/1437**

Índices para catálogo sistemático  
 1. Direito : Direito processual : 347.05

---

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.  
 Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

## SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
PREFÁCIO .....	19
APRESENTAÇÃO EM NOME DOS COORDENADORES: UMA HOMENAGEM A EDUARDO COSTA .....	21

### CAPÍTULO 1

**Adolfo Alvarado Velloso**

PROCESO Y VERDAD.....	45
Introito .....	45
1 Los problemas filosófico - políticos de la confirmación procesal .....	46
2 La política legislativa en cuanto a la confirmación procesal .....	47
3 La actividad del juzgador en la etapa confirmatoria.....	52
4 La incumbencia de la actividad confirmatoria .....	61
Conclusiones.....	70

### CAPÍTULO 2

**Adriana Regina Barcellos Pegini**

**Lúcio Delfino**

REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO COMO GARANTIA DAS GARANTIAS E DOS SEUS PAPÉIS FUNDAMENTAIS DE PRESERVAÇÃO DAS LIBERDADES E CONTENÇÃO DO ARBITRÍO JUDICIAL .....	73
I.....	74
II.....	75
III .....	77
IV.....	80

### CAPÍTULO 3

**Alexandre Freire Pimentel**

PROPAGANDA ELEITORAL E PODER DE POLÍCIA: A DUPLA ATUAÇÃO DO MAGISTRADO COMO FATOR DE ENVIESAMENTO E DE QUEBRA DA GARANTIA DA IMPARCIALIDADE.....	85
1 Propaganda eleitoral: delimitação conceitual e especificidades do direito eleitoral .....	85

2 Princípio da atuação ex officio: o poder de polícia do juiz da propaganda e o poder normativo da justiça eleitoral .....	89
3 Da regulamentação do direito à propaganda .....	92
4 Liberdade de expressão e o problema da censura prévia, na propaganda física e na internet.....	93
5 Poder de polícia eleitoral: definição e limitações .....	95
6 Natureza do poder de polícia e o problema do impedimento e suspeição do juiz .....	97
Considerações finais: a dupla atuação do magistrado enquanto fator de enviesamento decisional (consciente ou subconsciente) e a quebra do paradigma da imparcialidade .....	98

## **CAPÍTULO 4**

**André Luiz Maluf de Araújo**

**PROVA E ARGUMENTAÇÃO. UMA REFLEXÃO JUSFILOSÓFICA BASEADA NO DIREITO COMPARADO, MAS QUE PODE SER PENSADA NO DIREITO BRASILEIRO .....**

Introdução .....	105
1 Das concepções sobre a realidade: fatos e/ou interpretações.....	108
2 Conhecimento dos fatos jurídico-processuais: certeza e/ou probabilidade? .....	109
3 A prova judicial: fatos ou declarações sobre fatos? .....	112
4 A premissa “menor” do raciocínio jurídico: explicação e/ou “justificação”? .....	116
5 Regras de relevância dos meios de prova do fato e suas regras de avaliação: padrões de provas objetivas?.....	118
Conclusões .....	120

## **CAPÍTULO 5**

**Antônio Carvalho Filho**

**Luciana Benassi Gomes Carvalho**

**FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO COMO “ESTADO DE EXCEÇÃO”: UMA VISÃO A PARTIR DA DEFICIÊNCIA ENDOPROCESSUAL E DO ATIVISMO JUDICIAL .....**

A homenagem .....	123
1 A conformação da fundamentação como garantia contrajurisdiccional.....	126
2 A condenação do Brasil na CORTEIDH – Caso Escher e outros: breve análise.....	127
3 Ativismo judicial e déficit de fundamentação .....	129
4 Contraditório, contrastabilidade e fundamentação .....	136
5 O estado de exceção agambeniano e a decisão com força de lei.....	139
Conclusão.....	141

## **CAPÍTULO 6**

**Araken de Assis**

ESTABILIDADE DA ALIENAÇÃO FORÇADA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....	145
Introdução .....	145
1 Formação do negócio jurídico na alienação forçada.....	146
2 Possibilidade de dissolução da alienação forçada.....	149
Conclusão.....	154

## **CAPÍTULO 7**

**Augusto Passamani Bufulin**

**Diego Crevelin de Sousa**

**Georges Abboud**

ACERTANDO AS CONTAS COM OS PRECEDENTES E OS PROVIMENTOS VINCULANTES: DOS PROBLEMAS DA LINGUAGEM AOS DESACORDOS PARADIGMÁTICOS. REAFIRMANDO A PRIMAZIA DA LEI .....	155
Introdução .....	156
1 O CPC adota provimentos vinculantes. Não precisamos de um código para falar de precedentes .....	156
2 Simplificando um problema complexo: a adoção de provimentos formalmente vinculantes não dispensa a mediação hermenêutica nem solapa problemas paradigmáticos.....	162
3 Teoria das fontes: da lei ao precedente, nunca o contrário.....	173
Considerações finais .....	178

## **CAPÍTULO 8**

**Beclaute Oliveira Silva**

INCIDÊNCIA DA REGRA JURÍDICA INCONSTITUCIONAL (NOTAS À MARGEM DE PONTES DE MIRANDA).....	181
Introdução .....	181
I- Lei como espécie de fato jurídico .....	182
II- Demarcação do campo de atuação da incidência .....	184
III- Incidência da lei inconstitucional: paradoxo pontiano (?).....	186
IV- Normas de estrutura e normas de conduta na Constituição .....	188
V- Regra inconstitucional e incidência.....	189
Considerações finais .....	192

## **CAPÍTULO 9**

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**

O INEVITÁVEL USO DOS VALORES NA INTERPRETAÇÃO. UM NECESSÁRIO ESTUDO DO GARANTISMO PROCESSUAL.....	193
Introdução .....	193
1 Premissas iniciais .....	194

2 A teoria de interpretação tradicional .....	196
3 Constructivismo lógico-semântico .....	198
4 O ponto obscuro: o poder .....	202
4.1 Influência do poder na interpretação .....	205
5 O garantimos processual .....	212

## **CAPÍTULO 10**

**Clarissa Tassinari**

### **O PAPEL DO JURISTA E A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO: O DESPERTAR PARA A CRÍTICA DO DIREITO.....217**

Introdução: uma homenagem a Eduardo José da Fonseca Costa.....	217
1 Colocando o problema: duas metáforas possíveis para pensar sobre o discurso jurídico .....	219
2 A questão da(s) autoridade(s) concedidas ao Judiciário e o papel do jurista.....	222
Considerações finais .....	225

## **CAPÍTULO 11**

**Clayton Maranhão**

**Frederico Augusto Gomes**

### **O TERCEIRO AFETADO E O DEVIDO PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....227**

Introdução .....	227
1 A situação jurídica do terceiro afetado.....	228
2 A natureza jurídica do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	230
2.1 Bases para a compreensão dos precedentes obrigatórios .....	231
2.2 A impossibilidade de tratar o IRDR como precedente.....	234
3 Considerações sobre o devido processo legal.....	238
4 O devido processo de resolução de demandas repetitivas.....	245
Conclusão.....	252

## **CAPÍTULO 12**

**Daniel Brantes Ferreira**

**Dominique Engel Vieira**

### **CROWDSOURCING: A DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ERA DIGITAL - UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ISLÂNDIA .....253**

Introdução .....	253
1 Crowdsourcing: uma nova forma de se oportunizar a interação social .....	254
2 O processo de elaboração da Constituição Islandesa .....	257
3 O caso brasileiro .....	261
4 Análise do caso islandês e a iniciativa brasileira.....	266

Conclusão.....	273
----------------	-----

## **CAPÍTULO 13**

**Danilo Nascimento Cruz**

PRECEDENTES À BRASILEIRA: ENTRE O QUE É E O QUE SE PRETENDE SER APENAS DESATINO E AGONIA.....	275
--	-----

1 Uma digressão linguística .....	276
2 Premissas epistêmicas aplicadas ao CPC/15.....	278
3 Precedentes judiciais vs provimentos Judiciais vinculantes .....	285
4 Aportes de caracterização dos precedentes na filosofia do direito e na teoria do direito.....	287
5 Vinculatividade e constitucionalidade .....	291
Conclusões .....	295

## **CAPÍTULO 14**

**Diego Crevein de Sousa**

**Marcelo Pichioli da Silveira**

ENTRE ALMA E CORPO: O QUE DIZ O GARANTISMO PROCESSUAL SOBRE AS COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS DOS ARTS. 22, I, E 24, XI, CRFB.....	297
---	-----

## **CAPÍTULO 15**

**Eduardo Arruda Alvim**

**Evie Nogueira e Malafaia**

REVISÃO DE DECISÕES DE EFEITO VINCULANTE NO CPC/15: O DITO PELO NÃO DITO .....	309
---	-----

Introdução .....	309
1 Revisão de teses jurídicas vinculantes: o que foi dito .....	311
2 Superação e revogação: o que não foi dito (ao menos com a clareza que deveria) .....	312
3 Superação da tese jurídica vinculante no caso concreto: cumprimento do ônus argumentativo.....	315
4 Revogação da tese jurídica vinculante: necessário paralelismo de for- mas .....	320
5 O dito pelo não dito: hipóteses que criam distorções no mecanismo de revisão das decisões de efeito vinculante .....	321
5.1 Efeito vinculante nacional do acórdão proferido no julgamento de recurso especial/extraordinário interposto contra tese jurídica firmada em IRDR.....	321
5.2 Criação de obstáculos à realização do overruling pelos tribunais superiores.....	323
Conclusão.....	325

**CAPÍTULO 16****Gabriela Azeredo Gusella****Iago Abdalla Fantin****Nathália Canedo Rocha****O NOVO PARADIGMA DA BOA-FÉ PROCESSUAL: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ..... 327**

Introdução .....	328
1 Boa-fé processual: um conceito em transformação .....	329
2 A litigância de má-fé: análise comparativa dos dispositivos legais do CPC/73 e do CPC/2015 .....	334
3 Aferição dos critérios subjetivo ou objetivo para responsabilização processual pela violação da boa-fé .....	336
Conclusão.....	341

**CAPÍTULO 17****Georges Abboud****Mateus Costa Pereira****O INSTRUMENTALISMO PROCESSUAL À LUZ DE CRÍTICAS DOGMÁTICAS, FILOSÓFICAS E EPISTEMOLÓGICAS: DO NÃO RESPONDIDO AO IRRESPONDÍVEL..... 343**

Introdução .....	343
1 Gênese do instrumentalismo processual .....	345
1.1 A doutrina de Oskar Bülow.....	345
1.2 O pensamento de Franz Klein.....	348
1.3 Instrumentalismo e «publicização».....	351
2 O instrumentalismo processual no Brasil: o modelo engendrado por Cândido Rangel Dinamarco.....	353
3 O instrumentalismo processual e(m) crise .....	358
4 Processo como «instituição de garantia»: a contribuição de Eduardo Costa .....	365

**CAPÍTULO 18****Gilberto Morbach****O “PRECEDENTE” BRASILEIRO: STARE DECISIS OU TESE POLÍTICA DE PODER?..... 369**

Introdução .....	369
1 A ratio decidendi da decisão .....	371
2 As distintas interpretações acerca do precedente .....	377
2.1 O precedente visto como regra.....	378
2.2 O precedente como a aplicação de princípios subjacentes.....	380
2.3 O precedente como decisões a partir do balanço de razões .....	381
Considerações finais: precedente ou tese política? .....	384



## CAPÍTULO 19

**Guilherme Sarri Carreira**

### A MODULAÇÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS EM CASO DE SUPERAÇÃO DO PRECEDENTE JUDICIAL: UMA VISÃO GARANTISTA.....391

Introdução .....	391
I Os limites aos poderes constituídos.....	392
II O processo visto como uma macro garantia constitucional.....	394
III Das micro garantias processuais.....	394
IV Da aplicação do precedente judicial – uma análise a respeito da distinção e da superação do precedente .....	401
V O ônus argumentativo no caso de superação do precedente judicial .....	404
VI A quem compete proceder a superação do precedente .....	407
VII O efeito prospectivo .....	409
VIII O efeito retrospectivo .....	415
IX O quórum para a aplicação do efeito prospectivo no caso de superação do precedente judicial.....	418
X A superação do precedente no Código de Processo Civil de 2015.....	420
Conclusão.....	423

## CAPÍTULO 20

**Humberto Dalla Bernardina de Pinho**

**Pedro Gomes de Queiroz**

### AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO E O INSTITUTO DA MEDIAÇÃO JUDICIAL: PONTOS DE TENSÃO E DE ACOMODAÇÃO.....425

Introdução .....	426
1 Os princípios processuais previstos no CPC e na Lei nº 13.140/15 .....	428
2 Potenciais conflitos entre as garantias fundamentais do processo e o uso da ferramenta da mediação judicial .....	429
2.1 Contraditório .....	432
2.2 Isonomia.....	437
3 Pontos de tensão entre a extensão das garantias e as peculiaridades do procedimento da mediação judicial.....	440
3.1 Inafastabilidade do controle jurisdicional.....	440
3.2 Publicidade .....	442
3.3 Motivação .....	447
3.4 Duração razoável do processo .....	451
4 Perspectivas para o direito brasileiro: o desafio de conciliar a função pacificadora com a estrita observância das garantias fundamentais .....	465

**CAPÍTULO 21****Igor Raatz****Natascha Anchieta**

O GARANTISMO PROCESSUAL COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA UMA TEORIA UNITÁRIA DO PROCESSO.....	469
Considerações iniciais .....	469
1 A velha “teoria geral do processo” como uma teoria procedimental-infraconstitucional a serviço da jurisdição .....	472
2 O processualismo como sub-ramo do direito constitucional das garantias: o binômio poder-garantia como elemento central da teoria do processo.....	478
3 O garantismo processual e as possibilidades de uma teoria unitária-constitucional do processo .....	483

**CAPÍTULO 22****Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr.**

O “PRINCÍPIO CIENTÍFICO” DA MAIOR ATRAÇÃO DA NORMA MAIS DENSIFICADA E A CLASSIFICAÇÃO DINÂMICA DAS NORMAS COMO CONTRIBUTOS À TEORIA DA DECISÃO.....	489
Considerações iniciais .....	489
1 A decidibilidade dos conflitos como problema central da ciência do direito.....	491
2 Classificação das normas de acordo com o seu maior ou menor grau de especificação ou densificação (a aptidão à decidibilidade) .....	494
3 Breve introdução à classificação estática das normas legais .....	496
4 Classificação dinâmica das normas legisladas .....	500
5 A construção gradual do ordenamento jurídico e o processo de desgeneralização das normas .....	503
6 O “princípio científico” da maior atração da norma mais densificada e a classificação dinâmica das normas .....	507
Conclusão.....	517

**CAPÍTULO 23****José Henrique Mouta Araújo**

O DEVIDO PROCESSO LEGAL E O JULGAMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR.....	521
Introdução: a coletivização do conflito e o incidente de causas repetitivas .....	521
1 O devido processo legal e os processos repetitivos .....	523
2 Contexto histórico, objetivos e reflexos decorrentes do julgamento do IRDR .....	526
3 Extensão da expressão mesma questão unicamente de direito?.....	528

4 A coletivização de conflitos, o devido processo legal e o papel do Ministério Público.....	530
5 Preponderância do REsp e RE – vinculação local / nacional e devido processo legal .....	532
Conclusão.....	534

## **CAPÍTULO 24**

**Juan Montero Aroca**

PROCESO Y VERDAD: CONTRIBUCIÓN A UN DEBATE QUE ALGUNOS QUIEREN JURÍDICO, PERO ES QUE ES POLÍTICO .....	537
I Proceso y verdad dos realidades diferentes.....	537
1 La verdad en el proceso, no en abstracto .....	538
2 La función de la jurisdicción.....	540
3 Las pretendidas funciones del proceso .....	541
4 Algunas afirmaciones sin sentido.....	542
5 Los principios del proceso .....	544
II Las concepciones políticas totalitarias y la persecución obsesiva de la llamada verdad objetiva o material .....	547
1 En el derecho socialista .....	547
2 En las concepciones fascistas .....	551
III La asunción de una u otra concepción.....	556

## **CAPÍTULO 25**

**Júlio César Rossi**

O GARANTISMO ESTRUTURAL.....	559
I – O Garantismo Estrutural: o que é isso?.....	559
II – À guisa de uma conclusão .....	569

## **CAPÍTULO 26**

**Júlio César Rossi**

QUAL É O PAPEL DA DOCTRINA BRASILEIRA? .....	571
O Homenageado.....	571

## **CAPÍTULO 27**

**Lenio Luiz Streck**

PODE O ESTADO FAZER USO ESTRATÉGICO DO DIREITO CONTRA O JURISDICIONADO?.....	587
Introdução .....	587
1 Em busca de controles para o exercício do poder estatal: a relação entre a crítica hermenêutica do direito e garantismo processual.....	588
2 Análise de casos .....	590
Considerações finais .....	598

## CAPÍTULO 28

**Luiz Rodrigues Wambier**

ATUTELA DA EVIDÊNCIA E A GARANTIA DO CONTRADITÓRIO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONSTITUCIONALIDADE DOS ARTS. 311, PARÁGRAFO ÚNICO, E 9º, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DO CPC/2015.....599

Noções introdutórias.....599

1 O modelo constitucional de processo.....600

2 A tutela da evidência inaudita altera parte e o contraditório diferido.....603

Considerações finais.....607

## CAPÍTULO 29

**Marcelo Mazzola**

DEVER DE COMPROMETIMENTO DO JUIZ E A AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO DO ART. 334 DO CPC/15. CRÍTICAS AOS DRIBLES HERMENÊUTICOS E À SUA DESIGNAÇÃO ALEATÓRIA.....609

Introdução.....609

2 Dever de comprometimento do magistrado. Cooperação e operosidade.....611

2.1 Uma nova visão paradigmática.....611

2.2 Dever de comprometimento e a dispensa “imotivada” da audiência de mediação: análise de algumas justificativas.....617

2.3 Possibilidade de dispensa da audiência fora das hipóteses legais?.....622

2.3.1 Cláusula opt-out.....622

2.3.2 Mediação antecedente à propositura da ação.....623

3 Designação aleatória de audiência de mediação em vez de audiência de conciliação e vice-versa.....624

Conclusão.....626

## CAPÍTULO 30

**Marco Paulo Denucci di Spirito**

**Roberto P. Campos Gouveia Filho**

SOBRE O NEGÓCIO JURÍDICO DE ESPRAIAMENTO SENTENCIAL.....627

Introdução.....627

1 A abordagem analítica e pontes de miranda.....629

2 Da ação no sentido do direito material ao espriamento sentencial.....634

2.1 Ação material, pretensão à tutela jurídica, remédio jurídico processual e ação processual.....634

2.2 Relação jurídica processual: breves notas para a sua compreensão.....639

2.2.1 O fato jurídico da relação processual.....642

2.2.2 A pré-processualidade como locus para a negociação sobre o espraçamento.....	643
3 O espraçamento sentencial e os procedimentos especiais.....	646
4 Negociação sobre o espraçamento sentencial.....	649
5 O espraçamento sentencial em contraponto à tutela provisória.....	655
6 Aplicação prática.....	659
Conclusões.....	667

## **CAPÍTULO 31**

**Mateus Costa Pereira**

<b>SOBRE O MITO – AUTORITÁRIO E MODERNO – DA ORALIDA- DE.....</b>	<b>671</b>
1 Aspectos gerais da oralidade.....	671
2 Giuseppe Chiovenda e a consolidação do mito.....	674
3 Consectários da oralidade: a promessa (in)cumprida dos subprinci- pios.....	677
4 O «triste» fim do mito no CPC/15?.....	680
Considerações finais.....	684

## **CAPÍTULO 32**

**Newton Pereira Ramos Neto**

<b>FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NA PERSPECTIVA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A (RE)CONSTRUÇÃO DO DIREITO NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS.....</b>	<b>687</b>
Introdução.....	687
1 Sistema de princípios e o caráter dialógico do direito: contraditório, fundamentação e legitimação das decisões judiciais.....	690
2 A essência do art. 489, § 1º, do novo CPC: por um “novo” modelo de decisão judicial.....	699
Conclusão.....	708

## **CAPÍTULO 33**

**Pedro Henrique Nogueira**

<b>BREVE ENSAIO SOBRE OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS TRABALHISTAS.....</b>	<b>711</b>
Nota introdutória.....	711
1 Breve resenha doutrinária sobre os negócios processuais.....	712
2 Conceito de negócio jurídico processual.....	713
3 O CPC/15 e algumas figuras negociais.....	714
4 A cláusula geral de negociação processual atípica no CPC/2015.....	716
5 Aplicação das normas processuais civis ao processo trabalhista.....	718
6 O art. 190 do CPC/15 e o processo do trabalho.....	719
7 O controle da validade na negociação processual atípica trabalhis- ta.....	721

7.1 A vulnerabilidade do trabalhador e os negócios jurídicos processuais.....	722
7.2 As normas cogentes como limites aos negócios jurídicos processuais trabalhistas .....	723
8 Algumas modalidades de negócios jurídicos processuais trabalhistas .....	724

## **CAPÍTULO 34**

**Rafael Alves de Luna**

A QUESTÃO DA BUSCA DA VERDADE NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: ENTRE IDEOLOGIAS E ARGUMENTAÇÃO .....	727
Introdução .....	727
1 A importância da prova para o deslinde processual.....	730
2 Ciência como meio apropriado à busca da verdade ? .....	735
3 Reflexões sobre a verdade e a iniciativa probatória dos magistrados: possibilidade objetiva ou mero artifício argumentativo político .....	742

## **CAPÍTULO 35**

**Renê Francisco Hellman**

A GARANTIA DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES NO CPC/2015 .....	749
Introdução .....	749
A fundamentação analítica das decisões judiciais .....	750
Considerações finais .....	756

## **CAPÍTULO 36**

**Renzo Cavani**

PRUEBA DE OFICIO Y PROHIBICIÓN DE REEMPLAZAR CARGAS PROBATORIAS ¿DEBEMOS INSISTIR EN EL ART. 194 DEL CÓDIGO PROCESAL CIVIL PERUANO? .....	759
Introducción .....	759
1 “Prueba de oficio”: un breve examen analítico.....	760
2 La prohibición de reemplazar la “carga probatoria” de las partes.....	761
3 “Infracción normativa” del art. 194 CPC y valoración de la prueba.....	767
4 En búsqueda de una solución: el poder probatorio reconstruido a partir del art. 51 inc. 2 CPC y la carga de aportación probatoria .....	768
Conclusiones.....	770

## **CAPÍTULO 37**

**Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues**

GARANTISMO PROCESSUAL E A TÉCNICA DOS JULGAMENTOS POR AMOSTRAGEM.....	773
Introdução .....	773
1 Breves considerações acerca das acepções clássicas de jurisdição,	

processo, contraditório e garantismo processual .....	774
2 A era da adequação dos instrumentos processuais .....	777
3 Compatibilização entre garantismo processual e contraditório nos julgamentos por amostragem .....	779

## **CAPÍTULO 38**

**Rosemiro Pereira Leal**

A FALÁCIA DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES NO ESTADO DOGMÁTICO E A HERMENÊUTICA DO GARANTISMO, ATIVISMO E PROTAGONISMO JURISDICIONAIS .....	787
Introdução .....	787
1 Proibição do non-liquet como excludente da fundamentação .....	789
2 Ciência dogmática e hermenêutica .....	792
3 Os escopos metajurídicos da hermenêutica filosófica .....	796
Conclusão.....	800

## **CAPÍTULO 39**

**Venceslau Tavares Costa Filho**

PODE-SE FALAR EM UM DIREITO CIVIL PÓS-MODERNO? CRÍTICA AO ROMANTISMO RENOVADO NO DIREITO CIVIL.....	803
1 Direito civil em crise, classicismo e romantismo.....	803
2 Neoconstitucionalismo e romantismo jurídico.....	806
3 Pós-modernidade ou crise do direito civil moderno?.....	808

## **CAPÍTULO 40**

**Vinicius Silva Lemos**

A IMPOSSIBILIDADE DAS DECISÕES SURPRESAS E AS IMPLICAÇÕES NOS JULGAMENTOS COLEGIADOS .....	813
Introdução .....	813
1 A efetividade do princípio do contraditório no CPC/2015.....	814
1.1 A impossibilidade de decisões sem ouvir a outra parte .....	815
1.2 A impossibilidade de decisões surpresas .....	816
2 O impacto da impossibilidade de decisões surpresas nos julgamentos colegiados .....	819
2.1 A vinculação com os fundamentos das partes: recorrente e recorrido .....	819
2.2 A necessidade da abertura de vista quando houver fundamento novo .....	820
2.2.1 Fundamento novo no processo: não suscitado pelas partes em nenhuma fase processual.....	821
2.2.1.1 A aplicação da regra mesmo em questões de ordem pública.....	822
2.2.1.2 A aplicação da regra nos fundamentos dos votos dos desembargadores ou ministros.....	823

2.2.2 A abertura de vista às partes pelo relator.....	824
2.2.3 A abertura de vista às partes pelo colegiado.....	827
2.2.4 A abertura de vista às partes a pedido do vogal em voto-vista.....	828
2.3 A dispensa de abertura de vista às partes quando o fundamento foi colocado ao contraditório em fase anterior.....	830
3 A necessidade da participação das partes impactarem a decisão recursal.....	830
3.1 A fundamentação do art. 489, § 1º. percorrendo os argumentos suscitados pelas partes .....	831
3.2 A importância da visão de melhoria processual da influência do contraditório prévio, efetivo e influenciante.....	833

## **CAPÍTULO 41**

**Ziel Ferreira Lopes**

<b>DESIGUALDADE E GARANTISMO PROCESSUAL.....</b>	<b>835</b>
Introdução .....	835
1 Da “litigiosidade” à desigualdade: explorando uma hipótese sobre a crise do Judiciário brasileiro .....	838
2 Contextualizando o problema: a controvérsia sobre a desigualdade no direito processual.....	841
3 Harmonizando teoricamente a defesa do Garantismo Processual e o combate à desigualdade .....	843
4 Combater na prática a desigualdade sem pôr em risco as garantias processuais .....	847
Considerações finais .....	848

## **CAPÍTULO 42**

**Zulmar Duarte**

**Lucas de Moraes**

<b>“PRESUNÇÃO” DE INOCÊNCIA CIVIL E A REVELIA: NECESSIDADE DE UMA RELEITURA CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>851</b>
Intróito .....	851
I — Primado constitucional.....	852
II — Pressuposição de inocência .....	855
III — Participação no processo e democracia .....	860
IV — Revelia e suas consequências .....	863
Conclusão.....	867